

PREVENÇÃO

# Saúde realiza neste sábado Dia D vacinação contra gripe

>> Paulo César Desidério  
Redação DS

A greve dos servidores estaduais da educação já se estende por 50 dias em Mato Grosso. Tanto o Sindicato dos Servidores do Ensino Público (Sintep), quanto a Associação dos Docentes da Unemat (Adunemat), seguem irredutíveis na luta pelo recebimento dos 11,28% do Reajuste Geral Anual (RGA).

O entrave entre as partes ganha a cada dia características semelhantes a de uma verdadeira saga em que governo e grevistas duelam diariamente. Na última

terça (19), o governo do estado divulgou que assegurou reajuste de 14,36% aos servidores em 2016. Entretanto, os servidores questionaram os dados, dizendo que o governo estaria tentando “confundir a opinião pública”.

Em sua passagem por Tangará da Serra, o subsecretário de educação, Edinho Gomes, declarou que não é justo que os alunos fiquem sem aula:

“Nós negociamos até onde nós poderíamos negociar. Os grevistas querem a suspensão, por exemplo, do edital das PPP’s e nós não achamos justo penalizar milhares de estudantes por uma questão ideológica”, afirmou.

Os servidores continuam concentrados numa tenda localizada na antiga prefeitura municipal de Tangará da Serra. A reportagem do DS tentou entrar em contato com representantes do movimento através do Sintep, mas não obtivemos êxito, visto que os sindicalistas estavam presentes em um ato na capital do estado. Edinho ainda afirmou que 80% das reivindicações foram atendidas:

“O que nós tínhamos que fazer, nós fizemos. Negociamos, enxugamos ao máximo, atendemos pelo menos 80% das reivindicações da



Queda de braço entre governo e servidores perdura desde 31 de Maio

categoria e não entendemos ainda o por quê da greve”, finalizou. Em meio a assembleias e discussões, o impasse continua.

ÓRGÃOS MANTIDOS



Edinho Gomes da Silva assegurou que FAPEMAT e SECITEC não serão extintos

## Subsecretário garante manutenção de órgãos importantes para a educação

>> Paulo César Desidério  
Redação DS

Questionado sobre a possível extinção de órgãos de extrema importância para a educação no estado de Mato Grosso, o subsecretário Edinho Gomes da Silva garantiu que a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (Fapemat) e o a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secitec) serão riscadas do mapa. Sobre a possibilidade de extinção, Edinho disse:

“Nós estamos em pleno estudo. Todas as instituições que venham garantir direitos e que

venham contribuir com a formação profissional e com a qualidade da educação, com certeza serão mantidas. O que pode haver são algumas alterações na sua estrutura, mas a extinção, não está sendo pensada pelo governo”, alegou.

Responsável por financiamento de pesquisas científicas no estado, a Fapemat é fundamental para a comunidade acadêmica, assim como o Secitec, que além de operar como secretaria do executivo estadual, oferece cursos profissionalizantes para a população através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRO-NATEC).

TANGARÁ DA SERRA

## Subsecretário estadual de educação esclarece dúvidas sobre as PPP’s



Profissionais da rede estadual de ensino discutiram as propostas com o subsecretário Edinho Gomes da Silva

>> Paulo César Desidério  
Redação DS

Aconteceu na tarde de ontem, 20, no auditório do Centro de Formação e Atualização de Professores (Cefapro) em Tangará da Serra, uma reunião entre profissionais da rede estadual de ensino em Tangará da Serra e o subsecretário estadual de educação, Edinho Gomes da Silva.

As principais temáticas discutidas na reunião foram a proposta de pagamento da Revisão Geral Anual (RGA) aos servidores, a realização de concurso público para a educação em nível de

estado e a proposição das Parcerias Público Privadas (PPP’s) feita pelo governo estadual.

De acordo com o subsecretário, algumas pessoas estão confundindo as PPP’s com a privatização do ensino público:

“Existe uma grande diferença entre privatização e as parcerias. Hoje nós temos uma demanda muito grande por construção de novas escolas e o estado não tem recursos para garantir essas construções, então, essas PPP’s que estamos propondo são somente para a construção de escolas”, pontuou Edinho.

O representante da Se-

duc explicou como as parcerias se desencadeiam:

“A empresa que ganhar a licitação terá um projeto arquitetônico construído pela comunidade escolar e também pela Seduc, vai construir a escola e entregar para o estado. Depois que escola for construída e entregue ao estado, começaremos a fazer o pagamento dessas parcelas que vai entre 10, 15, 20 anos. Após o término deste período, o prédio será do estado”, explicou o subsecretário, exemplificando que as PPP’s são semelhantes a um financiamento de uma casa ou veículo.

“Nós ganhamos com isso, porque teremos um

prazo curto de execução, a empresa ganhará à longo prazo e nós à curto, médio e longo prazo. Essas parcerias não são para privatizar a educação, pois os diretores, professores, merendeiras e vigilantes que trabalharão nessas escolas serão todos concursados”, salientou.

Edinho Gomes reforçou que as empresas apenas farão a execução dos serviços:

“Toda e qualquer decisão tomada para a compra de material, reformas e reparos, serão definidos pelos Conselhos Deliberativos das escolas e as empresas só executarão os serviços.”, conclui.